

MÃES RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO: A MONOPARENTALIDADE FEMININA A PARTIR DA PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2017-2018

Wellington Adilson Domingos Júnior¹
Márcia Barroso Fontes²

RESUMO: O arranjo monoparental feminino, compreendido como um dos resultados das atuais transformações sociais, tende a ser visto como vulnerável social e economicamente, devido ao fato de serem as mulheres as únicas provedoras, que acumulam, de forma concomitante, funções de trabalho como cuidadoras e chefes de família. Essa sobrecarga representa um impedimento em se qualificarem profissionalmente, restando a elas a inserção laboral em atividades mal remuneradas, em setores informais sujeitos às oscilações do mercado. Este artigo tem como objetivo identificar e caracterizar o perfil socioeconômico dos domicílios monoparentais femininos no Brasil. Para isso, realizou-se um estudo quantitativo e descritivo, a partir de microdados originados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017-2018), que foram tratados mediante o *software* estatístico *Stata*. Foram obtidas inúmeras informações referentes à renda, escolaridade, saúde, faixa etária e número de filhos, e a partir dos resultados constatou-se que, os domicílios monoparentais femininos são os mais expressivos em contextos de vulnerabilidade social. Todavia, foi possível identificar uma pequena parcela de residências monoparentais, chefiadas unicamente por mulheres, situadas em outros níveis socioeconômicos mais elevados, o que evidencia a existência de diferentes contextos sociais presentes na monoparentalidade feminina.

Palavras-chaves: Monoparentalidade; Mulher; Socioeconômica.

MOTHERS RESPONSIBLE FOR THE HOUSEHOLD: FEMALE MONOPARENTALITY FROM THE 2017-2018 FAMILY BUDGET RESEARCH

ABSTRACT: The female single parenting arrangement, understood as one of the results of current social transformations, tends to be seen as socioeconomically vulnerable, due to the fact that these women are the only providers who accumulate, concurrently, the functions of workers, caregivers and heads of families. This overload represents the impediment to qualify professionally, leaving a job insertion in low-paid activities, in sectors related to market fluctuations. On the other hand, there may be contexts and situations that modify socioeconomic arrangements. Thus, this article aims to characterize the socioeconomic profile of single-parent female households in Brazil. To characterize them, a quantitative and descriptive research was carried out based on microdata originated from the Family Budget Survey (2017-2018), which in turn were treated using the statistical software *Stata*. Information regarding income, education, health, age and number of children were defined. Based on the results, it was found that female single-parent households are more expressive in contexts of social vulnerability. However, it was possible to identify a small portion of female single-parent households located in other higher socioeconomic levels, which in turn shows the existence of different social contexts present in female single parenting.

Keywords: Single parenting; Women; Socioeconomy.

Data da submissão: 02-02-2021

Data do aceite: 17-04-2021

INTRODUÇÃO

A configuração familiar tem passado por diversas transformações sociais, econômicas e tecnológicas ao longo do tempo, modificando-se incessantemente; o que vem gerando implicações organizacionais na dinâmica dos diversos domicílios existentes. Dessa forma, a medida em que se modificam os padrões tradicionais de organização, dentre eles os arranjos tradicionais constituídos por

¹ Graduado em Ciências Econômicas, Mestre em Economia Doméstica e doutorando em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV).

² Graduada em Economia Doméstica. Doutora em Demografia, Professora no Departamento de Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV).

casal com filhos, outros vão surgindo tornando-se amplamente presentes na sociedade, como os arranjos monoparentais femininos.

Estudos de Favaro (2016), Cavenaghi e Alves (2018), Mckenzie e Mckay (2018) e Moilanen (2019) mostram que as famílias monoparentais são, muitas vezes, relacionadas à situação de pobreza, que resulta na dupla jornada de trabalho assumida pelas mães, nos conflitos entre atividades domésticas e empregatícias ou nas atribuições que resultam a condição de vulnerabilidade social e econômica.

Para Oliveira (2018), os arranjos monoparentais femininos, ainda que fruto de transformações sociais e culturais, vêm em grande parte acompanhados por um processo de feminização da pobreza, que se torna mais sólido a partir do momento em que a mulher é representada como a única provedora de rendimento - fator que compromete significativamente o orçamento domiciliar, dadas as questões de menor participação no mercado de trabalho, menores salários, necessidade de maior flexibilização das horas em expediente, além da baixa possibilidade de capacitação.

Desta forma, entende-se que as mães, na qualidade de únicas responsáveis pelo domicílio, vivem intrinsecamente maior condição de desigualdade que se inicia propriamente na disparidade de gênero, numa sociedade ainda com nuances tradicionalistas, com tendência a estigmatizar e sobrecarregar as mulheres e suas funções. Ou seja, o gênero feminino por si só tende a permear por determinadas situações de disparidade, que se amplificam quando associadas à monoparentalidade.

Ressalta-se ainda que, diante das obrigações domésticas e como provedoras do lar essas mães, em vários momentos, encontram-se forçadas a desempenhar trabalhos informais, de baixa remuneração e em regime de meio expediente. De fato, esta situação pode gerar impacto significativo em diferentes níveis sociais e econômicos, uma vez que resulta no orçamento familiar e, conseqüentemente, na disponibilidade de recursos para os gastos necessários, como saúde, educação, etc.

De acordo com Menezes (2006), o consumo das famílias brasileiras é afetado pelas alterações da renda e pela distribuição da mesma, pelo preço das mercadorias – bens de consumo - e por outras transformações que ocorrem na sociedade, como a urbanização, estilo de vida, mudanças demográficas e transformações na composição dos domicílios (grau escolar, sexo do “responsável pelo domicílio”, faixa etária, número de filhos, dentre outros). Dessa forma, os recursos disponíveis de uma família, assim como seu bem-estar, estão associados aos diferentes níveis socioeconômicos existentes, em que os indivíduos estão inseridos.

Salienta-se que, ainda que a literatura aponte o arranjo monoparental feminino como o que possui maior tendência à vulnerabilidade, compreende-se que esse arranjo está inserido num contexto muito diversificado, havendo múltiplos aspectos de cunho socioeconômico, existindo assim domicílios que se encontram em diferentes níveis de renda, dos mais baixos aos mais elevados; diferentes níveis de escolaridade, raça/cor, idade, dentre outros indicadores.

Uma vez apresentada a diversidade dos contextos sociais que envolvem o tema da monoparentalidade feminina, este trabalho tem como objetivo caracterizar o perfil socioeconômico dos arranjos domiciliares monoparentais femininos. Desse modo, considera-se fundamental conhecer as dimensionalidades destes domicílios, a fim de evitar rótulos e generalizações, que fazem com que estas mulheres sejam estigmatizadas.

Este estudo contribui para o meio acadêmico por trazer maiores especificidades e informações sobre este arranjo domiciliar, sustentado exclusivamente pela figura feminina, e permite elucidar a diversidade dos contextos sociais em que os domicílios monoparentais femininos estão inseridos, destacando quais aspectos de vulnerabilidade socioeconômica tornam-se mais evidentes, e demonstrando também a existência de domicílios em outros contextos sociais.

Ressalta-se que este trabalho tem como base de dados uma amostragem em nível nacional, fator que possibilita a identificação de determinadas desigualdades regionais, além de apresentar a realidade da monoparentalidade feminina no Brasil, com os dados mais recentes disponíveis. Valer-se destas informações permite ilustrar a existência de diferentes capitais sociais e econômico, dentro de um mesmo arranjo domiciliar, possibilitando destacar inclusive traços de desigualdade social, fator que permite a idealização de políticas públicas que possam contribuir para o bem estar e qualidade de vida das famílias e da população alvo desse estudo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com Diniz (2002), a composição da família monoparental se desvincula da ideia de uma composição familiar formada por um casal com filhos, uma vez que considera a monoparentalidade como um arranjo composto por filhos e somente um dos genitores; tendo, no caso da monoparentalidade feminina, a mãe como única pessoa de referência³ no domicílio. Para Minamiguchi (2017), o termo “monoparentalidade” pode se configurar diante de eventos de separações, abandonos, rupturas, nascimentos, desvinculações, além de escolhas e opções individuais.

Favaro (2016) destaca que os desafios associados à monoparentalidade feminina estão relacionados aos diferentes estratos sociais os quais a mulher se encontra, somados à sua capacidade de autopercepção diante das possibilidades de mudança e luta por estabilidade econômica.

Mckenzie e Mckay (2018) identificaram que as famílias monoparentais apresentam desvantagem financeira em comparação a outras famílias. Além disso, constatou-se que estes grupos familiares chefiados por mulheres correm maior risco social, quando considerados os fatores emprego, renda, moradia e educação. Da mesma forma, outros autores como Goldani (1991); Menezes (2006); Oliveira (2016); Muduli e Pandya (2019) destacam que arranjos monoparentais femininos tendem a sofrer maiores impactos diante de possíveis estremecimentos na renda, e por esta razão podem ser dispostos como aqueles que possuem maior tendência à condição de vulnerabilidade social.

De acordo com Carmo (2018), o termo “vulnerabilidade” pode ser compreendido como um conjunto de fragilidades, representado por múltiplas determinações a partir do contexto o qual o indivíduo está inserido. A autora destaca que a terminologia referida envolve indicadores de renda e debilidade na obtenção de recursos, podendo ir além no que tange a qualidade de vida, englobando assim o acesso a água, energia, moradia, saneamento básico, saúde e afeto. Assim, entende-se que a compreensão de “vulnerabilidade” corresponde às lacunas sociais que tendem a inibir o processo do desenvolvimento humano, podendo inserir o indivíduo em uma situação de risco social.

Paralelo a esta afirmativa, Janczura (2012) considera o termo “risco social” como o agravamento de determinadas vulnerabilidades sociais e econômicas que visam inibir o natural direito de existir, além de limitar o acesso a determinados espaços e recursos.

Moilanen et al. (2019) ressalta ainda que, as relações de trabalho, mercado e Estado são bem definidas e regulamentadas quando relacionadas ao salário, emprego e satisfação, a partir do momento em que outras situações não são apontadas, como atividades domésticas e a manutenção da família, por exemplo. Ainda de acordo com a autora, esse é um dos fatores que tendem a ampliar as limitações já existentes entre mães solo⁴ e emprego, o que incide sobre os recursos disponíveis para a manutenção do domicílio.

Sharaunga et al. (2016) destaca que, ao levar em consideração outras questões como as citadas anteriormente por Moilanen et al. (2019), observa-se que as mães passam a ter que fazer outras escolhas, como jornadas de trabalho mais curtas e informais, fator que tende a perpetuar essa precariedade da renda. Além disso, também se torna presente o constante desfalque de capital humano⁵ deste grupo, que possui oportunidade restrita ou nula para se capacitar, reduzindo também a possibilidade de mobilidade social.

Outra vertente, que pode ser considerada relevante, diz sobre as dimensões de empoderamento enquanto conjunto de fatores e estratégias para a superação de determinadas precariedades e disparidades de gênero. De acordo com a Organização das Nações Unidas (2016), considera-se o empoderamento como um agrupamento de princípios que possibilitam que a igualdade de gênero seja um fator presente entre todos, sendo esse agrupamento transposto às diversas esferas que interagem nos diferentes setores do desenvolvimento.

³ O termo pessoa de referência no domicílio está associado a identificação de um papel familiar, daquele que é considerado o responsável pelo domicílio, inclusive em aspectos econômicos e sociais. Termo utilizado pelo IBGE na categorização dos diferentes tipos de domicílios existentes. Assim sendo, os domicílios referenciados por mulheres são aqueles em que a mulher é a única pessoa de referência, por sua vez classificados como monoparentais femininos (MEDEIROS E OSÓRIO, 2001).

⁴ De acordo com Silva (2021) o termo mãe solo tem sido utilizado na atualidade em substituição ao termo mãe-solteira, no intuito de desconstruir a definição relacionada ao estado civil, evitando assim o uso de expressões de caráter preconceituoso ou ideológico associado às mães que cuidam sozinhas de seus respectivos filhos.

⁵ De acordo com Bontis (2001), considera-se o termo capital humano com um conjunto de capacidades, habilidades e conhecimentos, que possibilitam o desenvolvimento de atividades mais complexas, proporcionando maior qualidade e eficiência às tarefas exercidas. BONTIS, N. Assessing knowledge assets: a review of the models used to measure intellectual capital. *International Journal of Management Reviews*, v. 3, n. 1, p. 41-60, 2001.

Dentre estes princípios destacam-se: Tratamento justo entre homens e mulheres; Implementação de lideranças; Garantia de saúde, bem-estar e segurança; Promoção da educação e formação profissional; Igualdade e defesa comunitária; Incentivo às práticas de mercado (ONU, 2016).

Para Sharaunga (2016), em seu estudo realizado no Quênia, sobre os *Efeitos do empoderamento das mulheres na segurança alimentar das famílias na província rural de KwaZulu-Natal*⁶, ainda que seja clara a importância das mulheres em referência a renda e a garantia de recursos, na maioria dos países emergentes, elas fazem parte de grupos econômica e socialmente debilitados na sociedade. Por isso, a autora destaca que, o empoderamento das mulheres é fundamental para garantir a manutenção mínima de recursos nas famílias.

Pandey (2014) considera o fator “empoderamento feminino” como um termo multidimensional, que pode ser visto como um conjunto de características que tendem a determinar se o indivíduo, no caso a mulher, encontra-se em estado de aptidão e com recursos para desempenhar suas funções sociais de maneira igualitária, possibilitando sua sobrevivência, manutenção da família e acesso a recursos.

Já Barreto (2016) afirma que, o entendimento sobre empoderamento feminino permite que as mulheres passem a se identificar como agentes sociais passíveis de mudança. Além disso, tende a ampliar a percepção das mulheres, demonstrando a existência de outras possibilidades na superação de determinadas estruturas sociais precárias, ainda existentes quando associadas à disparidade de gênero.

Assim, a partir do entendimento adquirido pela revisão literária, compreende-se o surgimento de novos discursos, novas formas de resistência e de resposta à possíveis vulnerabilidades existentes, que partem de estratégias que tenham a mulher como figura central, e que possibilitem ressignificar as relações de poder em inúmeras localidades.

A identificação das dimensões de empoderamento das mulheres, brevemente elucidado por Pandey (2014) e ONU (2016), permite destacar outras variáveis além do consumo, renda e nível de emprego. Pode-se afirmar, também, que ele – o empoderamento – possibilita a construção de políticas públicas apropriadas e eficazes para a redução do quadro de precariedade ainda presente nos arranjos monoparentais femininos.

Além das dimensões estruturais e de empoderamento, torna-se válido destacar a presença do capital social e das redes de apoio dentro do contexto da monoparentalidade feminina. Segundo Ene-Obong et al. (2017), os domicílios, em determinados contextos, tendem a adotar altos níveis de capital social como uma rede de segurança para aumentar sua resiliência aos choques de subsistência que ameaçam a garantia de recursos básicos. Ou seja, o capital social é alto entre aqueles vulneráveis socialmente, sendo uma estratégia para aumentar as chances de acesso a variadas formas de apoio em momentos de extrema necessidade, ainda que não seja o suficiente para trazer uma estabilidade como um todo.

Uma análise realizada por Mckenzie e Mckay (2018) destacou o uso deste tipo de apoio (amigos e familiares) como uma das estratégias de garantia de sobrevivência. As mulheres contam com este auxílio para o cumprimento das despesas básicas como alimentação, moradia, transporte e demais serviços. Os autores ainda inferem que ao trazer à tona a existência dessas redes para essas mães com baixos níveis de renda, responsáveis pelo domicílio e únicas provedoras, elas estabelecem o fortalecimento de um grupo, apesar de viverem em um contexto de baixos rendimentos e pouca arrecadação entre seus membros, o que destaca a existência do apoio mútuo, altamente presente nessa situação.

Teixeira (2013) destaca que as redes de apoio, embora possuam forte presença de capital social, têm sido frequentemente associadas a contextos de vida precária, inclusive por ser considerado um recurso na superação de vácuos socioeconômicos. Considera-se, ainda, que o apoio recebido no local de serviço como, o apoio emocional, flexibilidade e controle do trabalho, pode ajudar a reduzir as disparidades existentes entre essas mães, fazendo com que o bem-estar destes grupos familiares sejam expandidos, garantindo, assim, renda e consumo além de outros serviços.

Moilanen et al. (2019) afirma que em regiões onde há boa prestação de cuidado do público infantil, as mães são menos propensas a depender do auxílio da família, de outras redes de apoio ou trabalhar em horários reduzidos e empregos informais, protegendo-se, assim, de uma possível situação de precariedade.

Deste modo, observar a monoparentalidade feminina como um grupo que vivencia diferentes contextos, envolve atenção às diversas variáveis que vão desde os aspectos da renda até outras dimensões, como o empoderamento e a existência de redes de apoio. A partir disso, é importante destacar um conjunto

⁶ SHARAUNGA, S. et al. Effects of women's empowerment on household food security in rural KwaZulu-Natal province. *Development Policy Review*, Washington, v. 20, n. 4, p. 34 - 74, 02 fev. 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/NgM2oX2>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

de variáveis específicas que permita efetuar uma caracterização ampla e ao mesmo tempo detalhada deste específico arranjo domiciliar.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem por característica ser uma pesquisa quantitativa e descritiva; e para isso, utilizou-se dados secundários originados da POF (2017-2018) (Pesquisa de Orçamentos Familiares)⁷. O caráter quantitativo se deve ao fato das variáveis utilizadas, provenientes da POF, serem quantificáveis, possibilitando gerar cálculos estatísticos descritivos sobre determinado grupo amostral. A Pesquisa de orçamentos familiares dispõe de sete questionários ao todo. Todavia, dentre os questionários foram utilizados dados referentes à POF-1 (denominado moradores), que tem como base investigativa as características do domicílio e dos moradores, havendo inúmeras informações que vão desde as condições de escolaridade e saúde, até os níveis de renda de cada domicílio.

Ressalta-se que a POF tem como principal diretriz avaliar as estruturas de consumo, gastos, receitas e parte da variação patrimonial das famílias, o que possibilita a apresentação de um perfil das condições de vida da população brasileira, a partir da análise dos orçamentos domésticos, tendo como unidade investigativa (realizada por amostragem) o domicílio, totalizando 57.920 residências (IBGE, 2019).

Sobre a população e as amostras, foram analisados os domicílios configurados somente por mulheres brasileiras que se encontravam em situação de monoparentalidade feminina, isto é, como única pessoa de referência no domicílio. Por esta razão, um dos primeiros passos foi a realização de uma primeira filtragem de dados, de modo a garantir que fossem considerados somente os domicílios monoparentais femininos, restringindo a amostra a uma quantidade de aproximadamente 5.298 domicílios.

Tratando-se da escolha das variáveis, a pesquisa se orientou por meio da revisão da literatura em que, a partir de diferentes dimensões teóricas foi possível destacar um conjunto de informações que fosse capaz de realizar uma descrição mais próxima ao objetivo de caracterizar e identificar o perfil socioeconômico dos arranjos domiciliares monoparentais femininos.

Sendo assim, foram utilizadas as variáveis referentes à renda, escolaridade (incluindo anos de estudo, capacidade de leitura e escrita e se possui graduação concluída ou em andamento), raça/cor, idade da pessoa de referência, quantidade de filhos, a idade destes, situação do domicílio e se possui plano de saúde. Além disso, algumas dessas informações também foram analisadas a nível regional, no intuito de apresentar possíveis disparidades regionais.

Sobre a variável relacionada à faixa etária dos filhos, optou-se por realizar um recorte, de modo que fossem considerados somente os filhos com idade entre 0 e 14 anos, uma vez que a própria literatura infere que os indivíduos nessa faixa etária ainda carecem de maiores cuidados e acompanhamento, momento em que devem estar inseridos em instituições como creches e escolas de ensino básico e fundamental. Ademais, para a variável referente ao número de filhos, foram considerados todos os filhos, nas mais variadas faixa etárias, de modo que fosse possível observar o tamanho dos domicílios, no sentido de identificar quantos indivíduos residiam em uma mesma residência.

Tratando-se das variáveis relativas à taxa de alfabetização e média de anos de estudo dos filhos, foram considerados somente aqueles que se encontravam em idade escolar. Para a variável pertinentes à graduação, considerou-se aqueles que estavam com alguma graduação em andamento ou já em conclusão. Além disso, para analisar a taxa de graduação dos filhos, também foi realizado um recorte na idade, de modo que fossem analisados somente os filhos com idade acima de 17 anos, quando o indivíduo já pode estar inserido em alguma instituição de ensino superior.

Uma vez selecionada as principais variáveis, foi realizada a segunda filtragem através do *Software Stata*⁸, para que somente as variáveis destacadas fossem utilizadas, e extraídas do banco de microdados da POF. De forma sequencial, após a transposição dessas informações, as variáveis foram renomeadas,

⁷ A POF, Pesquisa de Orçamentos Familiares, tem como objetivo e principal implicação avaliar as estruturas de consumo, gastos, receitas e parte da variação patrimonial das famílias, o que possibilita a apresentação do perfil das condições de vida da população brasileira. (IBGE, 2019). Dados disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?=&t=o-que-e>

⁸ Considera-se o *Stata* como um software econométrico e estatístico, que possibilita o manuseio de grandes bases de dados (FREGUGLIA e PROCÓPIO, 2013).

classificadas e categorizadas, seguindo a mesma lógica do dicionário de variáveis do IBGE, possibilitando consecutivamente, a implementação da análise de dados a partir de uma estatística descritiva.

Salienta-se que, para que fosse possível obter somente a amostra dos domicílios monoparentais femininos, no banco de dados referentes aos moradores (POF-1), foi necessária a definição e classificação de cada tipo de morador que se encontrava na residência, identificando, assim, o tipo de referência domiciliar e o tipo de relação e graus de parentesco com os demais moradores. Para isso, a partir do *software Stata* foi criada a variável *hhstype*.

Essa variável permitiu que os domicílios fossem agrupados em diferentes tipologias: monoparental feminino *hhstype=1*; unipessoal *hhstype=2*; casal com filhos *hhstype=3*; casal sem filhos *hhstype=4*; família estendida *hhstype=5* e domicílio composto *hhstype=6*, de acordo com a característica de cada morador (se pessoa de referência, filho, irmão, cônjuge, companheiro, dentre outros), permitindo, assim, a categorização do domicílio, conforme apresentada na Tabela 1.

Tabela 1. Distribuição amostral dos arranjos domiciliares, segundo o tipo de domicílio – Brasil 2017/2018.

Unipessoal	Biparental Sem Filho	Biparental com Filho	Monoparental Feminino	Família Estendida	Composto
4,38%	10,40%	45,82%	9,15%	28,55%	1,67%

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

Ressalta-se que a monoparentalidade pode ser configurada também em domicílios estendidos ou compostos. todavia, a partir dessa amostra, para fins metodológicos e de acordo com a revisão da literatura apresentada, optou-se por abordar exclusivamente a monoparentalidade feminina, considerando a mulher enquanto única pessoa de referência no domicílio e seus respectivos filhos, uma vez que a própria literatura infere que esse arranjo possui maior tendência em encontrar-se em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, estudos subsequentes sobre esse determinado grupo permitem o desenvolvimento de análises que visem contribuir para os avanços na qualidade de vida da população nessa situação.

Sendo assim, chegou-se ao banco de dados do referente monoparental feminino, onde foram agrupados os domicílios com esta tipologia, mantendo todas as variáveis já colhidas e filtradas anteriormente. Em seguida, foi possível observar detalhadas informações a respeito desse grupo amostral, e para que fosse possível obter estes dados, uma série de comandos foram executados ainda por meio do *Stata*, separando variável por variável, tipo de morador, além das regiões onde o domicílio se encontrava.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do objetivo proposto nesse trabalho, apresentam-se os resultados que possibilitaram caracterizar o perfil socioeconômico dos arranjos domiciliares monoparentais femininos. Como primeiro resultado, a partir da tabela 2, se faz presente a distribuição dos domicílios monoparentais femininos no Brasil e nas demais regiões. Além desses dados, é possível observar informações referentes ao nível de renda, nacional e regional, desses domicílios.

De acordo com a Tabela 2, observando as diferentes regiões do país, constatou-se que a que representa maior presença de domicílios monoparentais femininos é a região Nordeste com 41%, seguida pelo Sudeste com 25,2% e o Norte com 12,4%. Nas demais localidades observa-se certa similaridade, ou seja, nas regiões Centro-Oeste e Sul a totalidade de domicílios monoparentais femininos foi de aproximadamente 10%, sendo 10,9% e 10,5%, respectivamente. Em relação a expressividade de domicílios monoparentais femininos na região Nordeste, Ribeiro (2018) destaca a significativa expressividade na quantidade de mães solo em situação de precariedade socioeconômica, ao analisar a situação das gestantes.

Woortmann (2004), em seus estudos antropológicos, infere que a presença de domicílios monoparentais femininos na região Nordeste, remontam o processo de desenvolvimento histórico-social e econômico da região, desde a era colonial, em que a sociedade era majoritariamente rural, e que mediante situações de rupturas, principalmente através da viuvez, não era comum a realização de novos matrimônios, de forma que as mulheres acabavam por assumir a posição de “mãe de família”, ainda que sobre a “tutela” de uma figura patriarcal, como pai, avô, tio, irmão.

O mesmo autor ainda destaca que, além dessas situações de rupturas, dadas as questões sociais da época, havia mulheres que engravidavam e não recebiam nenhum apoio do homem, sendo abandonadas, e

em muitos casos marginalizadas perante a sociedade. Ele ainda afirma que há um amplo fluxo migratório de homens para outras regiões, como as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste, seja para atividades o trabalho no garimpo, construção civil, dentre outras atividades, na maioria das vezes, em busca de novas oportunidades. Sendo assim, é possível compreender que o quadro histórico-social pode ter contribuído para a presença de domicílios monoparentais femininos na atualidade.

Paralelo a esta afirmativa, Costa e Marra (2013) também ressaltam uma considerável tendência no aumento da monoparentalidade no país, destacando a região Nordeste como o espaço onde mais se expande a participação das mulheres enquanto únicas responsáveis pelo domicílio, evidenciando o local como o território que possui o maior percentual de domicílios monoparentais femininos.

Ainda sobre a Tabela 2, tratando-se do nível de renda dos domicílios monoparentais, e analisando a média dos rendimentos totais dos domicílios por região, observa-se uma significativa discrepância regional. A região com a maior média de renda foi o Sudeste, com aproximadamente R\$ 5.231,00, enquanto o Nordeste apresentou uma renda de aproximadamente R\$ 2.787,00, o que evidencia uma disparidade entre regiões. O Norte apresentou a segunda menor renda média entre os domicílios monoparentais femininos; e se comparados as demais regiões, o Norte e o Nordeste encontram-se com a renda abaixo da média nacional.

Tabela 2. Distribuição dos domicílios monoparentais femininos por regiões e renda média – Brasil 2017/2018.

	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	Sudeste
Domicílios Monoparentais Femininos	9,15%	41%	12,4%	10,9%	10,5%	25%
Renda média	R\$ 3.508,01	R\$ 2.787,00	R\$ 3.130,00	R\$ 4.116,00	R\$ 4.775,00	R\$ 5.231,00
Percentual de domicílios monoparentais femininos com renda abaixo de R\$1000,00	35%	30,85%	22,33%	15,96%	12,29%	18,55%
Percentual de domicílios monoparentais femininos com renda acima de R\$5000,00	17%	14,44%	15,77%	21,44%	23,44%	24,8%

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

De acordo com Araújo e Flores (2017), existe um distanciamento das regiões Norte e Nordeste frente aos territórios com menor concentração de pobreza. Para o autor, ainda que o Brasil tenha passado por um processo de crescimento econômico nos últimos 20 anos, reduzindo os distanciamentos socioeconômicos, a concentração da pobreza nas regiões mais vulneráveis aumentou, comparando as localidades.

Sobre outros dados da pesquisa, também referentes a renda, constatou-se que 35% das mães nos domicílios monoparentais femininos recebem rendimentos abaixo de R\$1.000,00; e que destes domicílios a única renda é proveniente delas, fato que permite discorrer sobre a vulnerabilidade em que estes lares podem estar inseridos. Além disso, do total de domicílios analisados, apenas 17% possuem rendimentos acima de R\$5000,00.

Barbosa (2018) afirma que em relação a renda e a remuneração, existe uma expressiva parcela de mães solo, chefes de domicílio, que se encontram categorizadas no grupo dos que recebem até um salário mínimo, ou que não possuem nenhum rendimento. Em suma, a autora destaca que das mulheres que recebiam rendimentos acima desse patamar, grande parte foram identificadas como viúvas, divorciadas ou em algum emprego estável.

De acordo com Batista e Costa (2019), ainda que a monoparentalidade feminina esteja associada à preceitos de empoderamento e autogestão, também traz consigo um conjunto de situações as quais amplificam determinadas desvantagens, tratando-se inclusive dos níveis de remuneração no trabalho. Destacam ainda que, em 2015 18,5% das mulheres responsáveis pelo domicílio recebiam até ¼ de salário mínimo, frente a 7,1% dos homens que se encontravam na mesma situação.

Fontes (2015) resalta que, sobre a monoparentalidade feminina estão presentes expressões de fragilidade econômica, as quais podem ser entendidas como o resultado das condições em que determinadas mulheres se encontram, e afirma que dada a existência de diferentes contextos, podem existir mães solo que

ainda não foram inseridas no mercado de trabalho, ou que buscam alternativas econômicas mais autônomas e flexíveis, mediante as demandas conflitantes de cuidado dos filhos ainda pequenos e do trabalho fora de casa.

Sobre os aspectos de raça/cor, de acordo o Gráfico 1, foi observado que nos domicílios monoparentais referenciados por mulheres, 34,8% dos moradores se auto identificaram brancos, 64,1% pretos ou pardos, 0,5% amarelos e 0,4% indígenas.

Geabra (2014) destaca que a monoparentalidade feminina, marcada por preceitos de desigualdades de gênero, se acentua quando associada ao sentido de raça/cor, em outras palavras, em muitos casos existe o agravamento de determinadas precariedades devido aos aspectos de discriminação e preconceito racial. Além disso, a autora destaca forte presença de mães pretas ou pardas nos domicílios monoparentais, expressando assim maior necessidade de entendimento nas dimensões que envolvem este contexto.

Para Babiuk (2017), a velocidade com que os domicílios monoparentais referenciados por mulheres pretas ou pardas crescem em número, chega a ser quase duas vezes maior do que se comparado aos domicílios referenciados por mulheres auto identificadas brancas, o que reforça a ideia de uma representatividade racial nessa tipologia domiciliar.

A seguir, podem ser observadas informações referentes à configuração étnico-racial dos domicílios monoparentais femininos.

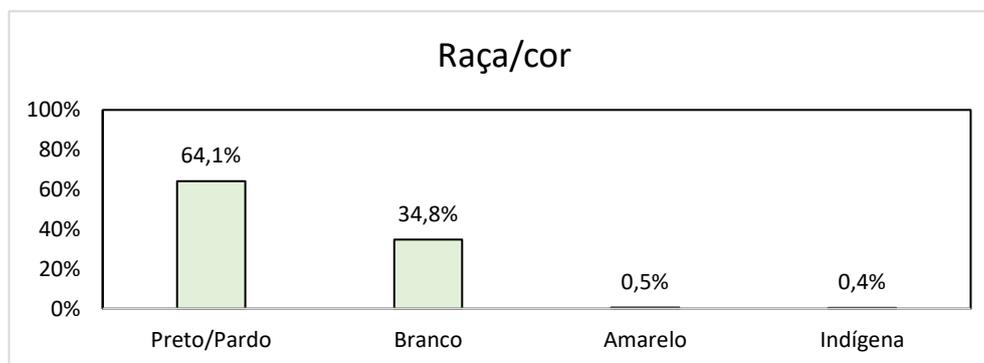


Gráfico 1. Distribuição de raça/cor nos domicílios monoparentais femininos.

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

Analisando dados referentes à faixa etária das mães como única referência do domicílio, a partir da Tabela 3, observou-se que a média nacional é de aproximadamente 50 anos, utilizando a dinâmica de uma média simples. Ressalta-se que não houve significativa discrepância na média de idade das mães entre as demais regiões, e dessa forma, pode-se constatar que existe uma tendência desse específico arranjo ser disposto em faixas de idade mais elevadas.

Uma vez observada essa idade mais elevada, pode-se inferir que ao analisar somente domicílios monoparentais femininos, compostos exclusivamente por mães e seus respectivos filhos, torna-se mais frequente a presença de mulheres que administram seus próprios recursos, que possuem certas vivências e trajetórias associadas à garantia da sobrevivência e autossuficiência. São mulheres que em suas trajetórias, além da obtenção de alguma forma de rendimento, já conseguiram constituir um domicílio e formar uma família, fator que pode deduzir uma idade mais elevada.

Para Alves e Cavenaghi (2018), este fenômeno está associado à independência da mulher, à autonomia e capacidade de obtenção dos próprios recursos que, por sua vez, implica em gravidezes e constituição de domicílios tardios. Por outro lado, as autoras também elucidam que as residências em que há presença de mães mais jovens, tendem a ser mais notáveis em lares com outras configurações domiciliares, como os domicílios estendidos ou compostos, em que a jovem mãe pode conviver com seus pais, irmãos e outros parentes. De modo geral, pode-se afirmar que a existência de domicílios monoparentais femininos, em faixas etárias mais elevadas, acompanham o processo de envelhecimento populacional, inclusive para as mulheres, diante de rupturas como divórcios e viuvez.

Sobre as faixas de idades mais elevadas, observando a Tabela 3, nota-se uma expressiva presença de mães com idade acima de 65 anos. Segundo Barreto (2016), o contexto da monoparentalidade feminina, no decorrer dos anos, tem sido estigmatizado de acordo com determinados preceitos sociais, altamente presentes

inclusive em décadas anteriores, em que a figura feminina era limitada, com dogmas a respeito do casamento e nascimento de filhos. No intuito de ilustrar um paradoxo, ressalta-se que grande parte dessas mulheres acima de 65 anos viveram nesse tempo, em que determinadas configurações familiares eram mais estigmatizadas e, ainda sim, hoje fazem-se presentes compondo a tipologia domiciliar.

Em suma, entende-se que a monoparentalidade feminina, conforme já elucidado, é um arranjo que pode existir a partir de inúmeras trajetórias e situações como rupturas, separações e viuvez, bastante comum em domicílios com mulheres em idade mais avançada, que outrora casaram-se “cedo”. De acordo com Melo (2016), ao estudar os arranjos domiciliares dos idosos no Brasil, evidenciou-se que o segundo arranjo mais representativo é o monoparental feminino. A autora ainda reafirma a ideia, dita anteriormente, de que essa característica pode ser configurada devido a ocorrência de separações e viuvez, recorrentes em faixas etárias mais longevas.

Contudo, pode-se inferir que, se a média das idades acompanham certa uniformidade entre regiões, a partir da Tabela 3, é possível notar significativa mudança no que tange a distribuição de domicílios monoparentais com mães em idade abaixo de 25 anos; isto é, analisando a distribuição de domicílios com mães jovens e adolescentes, observa-se algumas nuances de disparidades regionais.

Sobre os traços de disparidades regionais, tratando-se da faixa etária das mães, nota-se que no Norte, região com a menor média de idade, 2,86% dos domicílios são referenciados por mães que possuem até 25 anos; no Nordeste esse valor passa para 3,31%. As regiões Sul e Centro-Oeste obtiveram números semelhantes, sendo 2,56% e 2,51%, respectivamente, destacando-se, então, a região Sudeste com o menor valor de 1,66%. Tais informações denotam outra disparidade: que as regiões mais distantes dos grandes centros possuem maior taxa de domicílios monoparentais com mães jovens e adolescentes.

De acordo com Paiva et.al (2020), em sua pesquisa sobre a gravidez na adolescência, o Norte foi considerado a segunda região em maior número de gestação de mulheres ainda jovens, além disso, salienta-se que os nascimentos nessa faixa etária tendem a acompanhar e, ao mesmo tempo, incidir sobre os níveis de escolaridade e capacitação das mesmas.

Analisando as demais faixas de idade, pode-se observar que há certa expressividade de mulheres entre os 25 e 35 anos e 40 e 45 anos, inclusive no Norte e Nordeste. À medida que essas faixas vão avançando, as regiões Sul e Sudeste acabam tornando-se mais significativas. Bhering e Fontes (2017) destacam que em relação à idade das pessoas que são referências no domicílio, existe uma notoriedade na quantidade de mães que estão na faixa etária acima dos 40 anos, o que também pode implicar na quantidade de filhos e na faixa etária destes.

Ainda sobre a Tabela 3, no que diz respeito a idade da prole, considerou-se especificamente a proporção dos que tinham idade entre 0 e 14 anos, em relação aos demais filhos; assim, observou-se que a região Norte é a que mais possui crianças nessa faixa etária, contabilizando 41,7%, e analisando as demais regiões identificou-se certo padrão entre 30% e 35%. De acordo com Cavenaghi e Alves (2018), os domicílios em que se configuram a monoparentalidade feminina, onde há a presença de crianças, tendem a sofrer maiores situações de vulnerabilidade. A autora ainda enfatiza que muitas mães, principalmente as mais jovens, com filhos nessa faixa etária, entre 0 e 14 anos, tendem a encontrar dificuldades na capacitação, escolarização, no conflito entre cuidar dos filhos e exercer atividades remuneradas, além de cuidar da casa, tornando mais complexo o rompimento com o ciclo intergeracional da pobreza.

Dessa forma, entende-se que ao tratar de temas referentes à monoparentalidade feminina, faz-se importante não somente observar as faixas etárias das mães, mas também a idade dos filhos, uma vez que a trajetória, o ciclo de vida e a dinâmica do domicílio tende a mudar à medida que os filhos crescem.

Na Tabela 3, apresentam-se informações referentes a faixa etária das mães provenientes dos domicílios monoparentais femininos, e de seus respectivos filhos com idade entre 0 e 14 anos.

Sobre a quantidade de filhos, de acordo com o gráfico 2, pode-se destacar que, nacionalmente, 55,8% das mães chefes dos domicílios monoparentais possuem 1 filho; 29,5% 2 filhos; 13% entre 3 e 4 filhos e 1,7% 5 filhos ou mais. Observa-se que, atualmente, as famílias monoparentais femininas configuram-se a partir da quantidade da prole, e que grade parte destas possui entre 1 ou 2 filhos.

De acordo com Miranda et.al (2019), as mulheres têm, cada vez mais, optado pela menor quantidade de filhos, além de postergar a gravidez. Os autores afirmam que tal cenário tende a ser cada vez mais presente,

devido às novas realidades e situações, como a liberdade sexual frente aos inúmeros métodos contraceptivos, além da busca por obtenção de uma carreira e estabilidade socioeconômica.

Tabela 3. Faixa etária das mães e proporção de filhos com idade de até 14 anos em relação aos demais filhos – Brasil 2017/2018.

Faixa Etária	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	Sudeste
Até 25 anos	2,42%	3,31%	2,86%	2,51%	2,56%	1,66%
26 a 35 anos	13,19%	13,22%	15,52%	12,26%	10,9%	11,75%
36 a 45 anos	22,41%	25,12%	25,31%	28,81%	22,8%	20,45%
46 a 55 anos	24,17%	24,66%	22,78%	25%	25,6%	25,25%
55 a 65 anos	13,88%	15,14%	14,03%	15,3%	19,9%	19,71%
Acima de 65 anos	18,97%	18,5%	10,30%	15,49%	16,6%	20,97%
Média de idade	50 anos	50 anos	47 anos	49 anos	50 anos	52 anos
Filhos com até 14 anos	36,32%	36,3%	41,7%	35,1%	35,2%	33,3%

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

Alves e Cavenaghi (2012) ressaltam a importância de se considerar que no Brasil a taxa de fecundidade está em queda desde 1965, de forma que em 2010 pode-se constatar uma taxa de 1,9 filho por mulher. Além disso, os autores enfatizam que esta queda na taxa de fecundidade iniciou-se antecipadamente em regiões como Sudeste e Sul, onde se tornou mais comum a existência de casais sem filhos e arranjos unipessoais, ao mesmo tempo em que a monoparentalidade tornou-se mais presente no Nordeste.

Em síntese, Cavenaghi e Alves (2018) apontam que a medida em que observa-se o número de domicílios, crescendo mais rápido que a própria população do país, nota-se que o tamanho médio das famílias que compõem cada casa tende a diminuir, dando lugar a agrupamentos compostos por mãe e 1 ou 2 filhos, por exemplo. Portanto, reforça-se a ideia de que este efeito ocorre paralelo ao crescimento dos domicílios monoparentais, ao mesmo tempo em que há a redução na densidade desses domicílios.

A seguir, será apresentado o Gráfico 2 que retrata em termos percentuais o número de filhos existentes nos domicílios monoparentais femininos. Assim, inferências poderão ser feitas mediante o espaço dos domicílios monoparentais, em relação a quantidade de filhos que tende a compor o local.

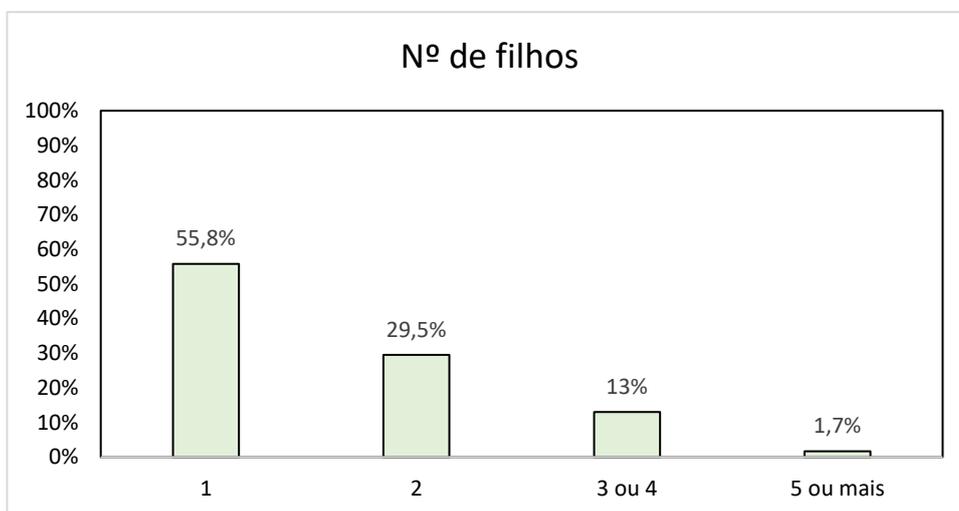


Gráfico 2. Distribuição percentual do número de filhos, nos domicílios monoparentais femininos.

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

Sobre as questões referentes ao nível de escolaridade das mães e dos filhos nos domicílios monoparentais femininos, foram analisados dados referentes à taxa de alfabetização, ou seja, à capacidade de leitura e a escrita.

De acordo com a Tabela 4, no Brasil 87,7% das mães em domicílios monoparentais sabem ler e escrever, frente a 12,3% que declararam não saber. Já, em relação aos filhos, 83,9% sabem ler e escrever, diante de 16,1% que não sabem.

Ressalta-se ainda que, essa diferença entre a taxa de alfabetização das mães comparada a dos filhos foi observada em todas as regiões, ou seja, conclui-se que em todo o país o analfabetismo é mais presente entre

os filhos, que residem nos domicílios monoparentais femininos, que entre as mães. Este fato, segundo Cavenaghi e Alves (2018), reforça a ideia de que em determinados lares, dados alguns contextos, o ciclo intergeracional da pobreza tende a ser mais presente e resistente, incidindo sobre outras variáveis socioeconômicas como a educação dos filhos.

Em relação as regiões, o Sul e Sudeste destacam-se por seus melhores índices de alfabetização, tanto entre as mães como entre os filhos. Esta configuração se modifica quando observado o Nordeste, onde 18,4% das crianças em domicílios monoparental femininos não sabem ler e escrever, situação semelhante ao Norte onde 18,1% das crianças encontram-se na mesma situação.

Scott (2004) elucida que o analfabetismo está associado, em grande parte, a outros indicadores socioeconômicos, como nível de renda e acesso a bens de serviços, e que além disso, acaba sendo um limitante quando há oportunidade de exercerem atividades empregatícias, muitas vezes melhor remuneradas, além de ser um fator determinante da exclusão social. A autora ainda destaca a notoriedade dos dados referentes aos índices de alfabetização do Norte e Nordeste.

Sobre o analfabetismo entre as crianças e jovens, Maia (2015) destaca que muitos deles, inclusive em domicílios monoparentais, passam a enxergar o trabalho como garantia de melhoria das condições de vida de seus familiares, através da obtenção de recursos para o domicílio, como complementação da renda das mães. Assim, as crianças acabam sendo direcionadas às atividades remuneradas em detrimento aos estudos e à capacitação. Contudo, ressalta-se que ainda que esta circunstância possibilite que a criança/jovem possua alguns rendimentos, este(a) não consegue se qualificar para trabalhos posteriores, o que ampliaria seu horizonte, modificando sua trajetória de vida, deixando de reforçar o ciclo intergeracional da pobreza.

Tabela 4. Taxa de alfabetização de mães e filhos, dos domicílios monoparentais femininos – Brasil 2017/2018.

Alfabetizado ou não	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	Sudeste
Mães alfabetizadas	87,7%	81,1%	87,4%	93,4%	93,6%	93,8%
Mães não alfabetizadas	12,3%	18,9%	12,6%	6,6%	6,4	6,2%
Filhos alfabetizados	83,9%	81,6%	81,9%	87%	85%	87,4%
Filhos não alfabetizados	16,1%	18,4%	18,1%	13%	15%	12,6%

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

De acordo com a Tabela 5, sobre a média de anos de estudo a nível nacional, observou-se que no Brasil as mães em domicílios monoparentais estudaram cerca de 8,2 anos, enquanto os filhos 7,5 anos. Salles et. al (2018) destacam que de acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional) o ensino fundamental, considerado imprescindível para a alfabetização e alcance de outros níveis de escolaridade, necessita de 9 anos para sua conclusão. Portanto, observa-se que sobre a média de anos de estudo, grande parte das mães e filhos, em contextos de monoparentalidade feminina, não chegaram a concluir o ensino fundamental.

Conforme anteriormente destacado, esta situação somada ao amplo número de mães e filhos que não possuem graduação concluída ou em andamento tende a restringir as oportunidades de avanço em determinados níveis socioeconômicos, quando na busca por alcançar outros empregos melhor remunerados que exijam maior capacitação.

Tabela 5. Escolaridade das mães e filhos, referentes aos domicílios monoparentais femininos – Brasil 2017/2018.

Mãe/Filhos	Média de anos de estudo	Possui Graduação concluída ou em andamento	Não possui Graduação concluída ou em andamento
Mães	8,2 anos	14,74%	85,26%
Filhos	7,5 anos	5,69%	94,31%

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

De acordo com a Tabela 6, observou-se que 19,44% das mães e 16,98% dos filhos possuem planos de saúde privado o que denota certa discrepância entre este percentual. Assim, é possível inferir que parte dessas mães que possuem o seguro podem estar inseridas em algum trabalho ou vínculo empregatício que garanta plano de saúde individual, ou algum convênio do tipo.

De modo geral, evidencia-se a totalidade de indivíduos no contexto da monoparentalidade feminina que não possuem nenhum tipo de plano, ou convênio particular. Desta situação é possível concluir que grande parte das pessoas nesses domicílios dependem exclusivamente do SUS (Sistema Único de Saúde), como a principal instituição de assistência e amparo à saúde.

Sobre este fato, Cunha (2019) elucida que a adesão ou não a um sistema de planos de saúde particular está associada a diferentes níveis socioeconômicos, especialmente às formas de renda e vínculos empregatícios. O autor ainda destaca que, os indivíduos que exercem atividades remuneradas em certas instituições privadas ou públicas tendem a aderir a esse sistema de saúde privado, quando há possibilidade de convênios, parcerias, sistemas de cooperativismo empresarial, dentre outros.

Tabela 6. Distribuição percentual de mães e filhos que possuem ou não planos de saúde – Brasil 2017/2018.

Mãe/Filhos	Possui plano de saúde	Não possui plano de saúde
Mães	19,44%	80,56%
Filhos	16,98%	83,02%

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

De acordo com a Tabela 7, sobre os dados censitários no Brasil, 85,53% dos domicílios monoparentais, referenciados por mulheres, são localizados em áreas urbanas e 14,7% em áreas rurais. Quanto às questões regionais, observa-se que o local com maior frequência de domicílios monoparentais em área rural é a região Norte, onde há 82,7% dos domicílios em área urbana e 17,3% em área rural. O Nordeste possui 86,9% dos domicílios em área urbana e 13,1% em área rural, indicadores idênticos aos da região Centro-Oeste. Já as demais regiões concentram maior porcentagem de domicílios em áreas urbanas.

De acordo com Cavenaghi e Alves (2018), pode-se notar um incremento da monoparentalidade em áreas rurais, mais evidente no Norte, que concentra o maior número absoluto destes domicílios. Esse fenômeno pode ser compreendido quando considerada a extensão dos estados do Norte e a elevada quantidade de distritos e áreas rurais, onde é bastante expressiva a dificuldade de acesso de um ponto ao outro na região.

Tabela 7. Dados censitários referentes aos domicílios monoparentais femininos – Brasil 2017/2018.

Urbano/Rural	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sul	Sudeste
Urbano	85,53%	86,9%	82,7%	86,9%	89,6%	90,9%
Rural	14,7%	13,1%	17,3%	13,1%	10,4%	9,1%

Fonte: Elaboração Própria. Dados IBGE – POF 2017/2018.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de caracterizar o perfil socioeconômico dos arranjos domiciliares monoparentais femininos, e trazer maiores contribuições científicas sobre o assunto – que é o objetivo desse artigo - algumas inferências podem ser destacadas, a partir dos resultados anteriormente apresentados.

Deste modo, pode-se concluir que o perfil socioeconômico dos domicílios monoparentais femininos tem como características mais expressivas: serem constituídos por famílias pequenas compostas por mãe e somente 1 ou 2 filhos, em residências situadas majoritariamente em áreas urbanas; uma parcela significativa da população com rendimentos abaixo de R\$1000,00, baixos níveis educacionais e de capacitação; além da quantidade de filhos com idade abaixo de 14 anos, o que implica maior responsabilidade em relação ao apoio e cuidado destes.

A raça/cor que mais prevalece, neste contexto da monoparentalidade feminina, são a de pretos e pardos; e sobre os aspectos da saúde, conclui-se que a maioria das mães e filhos, nesses domicílios chefiados unicamente por mulheres, não possuem nenhum plano de saúde privado, dependendo exclusivamente do Sistema Único de Saúde.

Ainda que essas informações sejam as mais expressivas e notáveis em termos percentuais, quando analisados os domicílios monoparentais femininos, salienta-se que existe uma pequena parcela de residências que se encontra em condição satisfatória em relação aos indicadores socioeconômicos, pois 14,74% das mães em domicílios monoparentais femininos possuem algum tipo de graduação concluída ou em andamento, 17% têm rendimentos acima de R\$5000,00 e 19,44% gozam de planos de saúde privados.

Além disso, é importante elucidar que são essas mães graduadas que tendem a receber essa faixa de rendimento, o que corrobora a ideia de que o nível de renda tende a estar associado a outros fatores socioeconômicos, como o grau de escolaridade, uma vez que, conforme já elucidado, à medida que o indivíduo tem chances de se capacitar, aumentam as possibilidades de obtenção de emprego melhor remunerado. Deste modo, torna-se possível o incremento da renda familiar e o desenvolvimento da qualidade de vida, assim como a melhoria de outros indicadores como a saúde, dada a maior disponibilidade de recursos.

Em suma, esse trabalho realça as teses apontadas pela própria literatura sobre a predominância de domicílios monoparentais femininos em maior condição de vulnerabilidade social, e traz novos apontamentos sobre uma pequena parcela de domicílios que estão em maior nível de desenvolvimento socioeconômico, dados os índices referentes, principalmente, às variáveis de renda e escolaridade.

Ainda tratando-se da mesma tipologia domiciliar, a existência desses dois contextos sociais distintos (domicílios com baixos e altos níveis socioeconômicos) reforça a ideia da pluralidade desses domicílios em diferentes camadas sociais. Há a possibilidade de enfatizar, ainda, a existência de determinados domicílios monoparentais femininos em maior situação de risco social que outros, fator que demonstra a necessidade da implementação de políticas públicas que levem em consideração a não homogeneidade dos arranjos monoparentais femininos, compreendendo, assim, suas fragilidades e especificidades.

Ainda que tenham maior expressividade quando associados a indicadores socioeconômicos fragilizados, esses domicílios também se tornam presentes em níveis econômicos e sociais elevados, mesmo que em menor proporção. Em resumo, conclui-se que esta situação retrata a existência de antagonismos sociais, dentro de um mesmo arranjo domiciliar, uma vez que se nota a existência de dois extremos.

Esse trabalho reforça, ainda, a ideia de que a monoparentalidade feminina não deve ser associada a um único prisma ou fator que seja apontado como a causa de suas fragilidades, mas sim como um agrupamento de fatos que envolve relações complexas, variados contextos e diferentes capitais sociais, econômicos e culturais. Ela – a monoparentalidade feminina - não deve ter estigmas, mas sim o entendimento de que é um conjunto de circunstâncias que, associado a questões de raça/cor, nível de renda ou escolaridade, tende a sofrer ou encarar maiores desafios na sociedade, partindo da própria desigualdade de gênero.

Desse modo, percebe-se que alguns contextos tendem a ser mais limitantes que outros, pois a monoparentalidade feminina não engloba somente a disparidade de gênero, mas um somatório de desigualdades sociais, educacionais, raciais e de renda, que tendem a incidir na dinâmica dos domicílios.

Ademais, ao analisar a configuração dos domicílios chefiados unicamente por mulheres, nas diferentes regiões do Brasil, foi possível observar nuances de desigualdades quando considerados os indicadores de renda, escolaridade, quantidade de filhos dentre outros, estando o Norte e o Nordeste em destaque como os locais onde se possui os menores níveis de renda e taxa de alfabetização.

Por fim, torna-se indispensável a implementação de políticas públicas que tenham suas diretrizes voltadas para os indicadores analisados no presente trabalho. Que haja, por parte dos representantes federais, municipais e regionais, o comprometimento de não só entender a existência das desigualdades nas diversas regiões do país – considerando suas especificidades - como a forma com que se manifestam as vulnerabilidades nos domicílios monoparentais, a partir da raça/cor, gênero, escolaridade, entre outros, de modo a proporcionar o bem-estar e a qualidade de vida da população como um todo

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Transições urbanas e da fecundidade e mudanças dos arranjos familiares no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 27, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/19>>. Acesso em: 15 out. 2020.

ARAÚJO, V.; FLORES, P. Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, v. 25, n. 63, pág. 159-182, setembro de 2017.

BABIUK, G. A. Famílias Monoparentais Femininas, Políticas Públicas em Gênero e Raça e Serviço Social. In: II Congresso internacional de política social e serviço social: desafios contemporâneos. Anais eletrônicos. Londrina.2017.

BARBOSA, A. C.; BRANDÃO, V. B. G.; AMADOR, L. R. S. Mulher, Mãe e Chefe de Família: Narrativa Acerca da Monoparentalidade feminina. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Universidade Castelo B., Brasil, p.121, 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/IgMPOIQ>> Acesso em: 28 out. 2020.

BARRETO, D. J. et al. Problematizações entre a dinâmica familiar preconizada pela Assistência Social brasileira e a família monoparental feminina. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 11, n. 2, p. 295-309, 2016.

BATISTA, A. L.; COSTA, L. V. Choques de renda e domicílios chefiados por mulheres e: Uma análise para as regiões metropolitanas brasileiras no período de 2011 a 2015. **Anpec Anais**. São Paulo. 2019.

BEHRING, L. S.; FONTES, M. B. Famílias monoparentais: um enfoque demográfico a partir dos dados da PNAD 2015. In: I Seminário Nacional: Família e Políticas Sociais no Brasil. GT 5 — Família, Geração e Trabalho. 2015. Disponível em: <<https://cutt.ly/vgB4cCI>>. Acesso em: 25 out. 2020.

BRASIL. IBGE. Sidra: Indicadores de desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<https://cutt.ly/ngMAwAU>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios. Rio de Janeiro: **ENS-CPES**, v. 120, 2018.

COSTA, F. A. O.; MARRA, M. M. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo, v. 21, n. 1, p.141-153, 2013. Disponível em: <<https://cutt.ly/ogB6tJV>>. Acesso em 19 out. 2020.

CUNHA, C. L. F. et al. Planos privados de saúde e a saúde dos trabalhadores do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 1959-1970, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n5/1959-1970/pt/>> Acesso em: 08 out. 2020.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 5.

ENE-OBONG, H. N.; ONUOHA, N. O.; EME, P. E. Gender roles, family relationships, and household food and nutrition security in Ohafia matrilineal society in Nigeria. **Maternal & Child Nutrition**, v. 13, p.1-13, 18 jul. 2017.

FAVARO, C. S. Assumindo as responsabilidades: experiências e estratégias familiares de um grupo de mulheres chefes de domicílios monoparentais. Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais Abep, p. 1-19, 2016.

FONTES, M. B. Situação econômica de arranjos domiciliares monoparentais e biparentais no Brasil: uma análise orçamentária. Tese (Doutorado em Demografia) - UFMG, Belo Horizonte, p. 128, 2014. Disponível em: <<https://cutt.ly/OgMAidg>>. Acesso em: 18 out. 2020.

FREGUGLIA, R. S.; PROCÓPIO, T. S. Efeitos da mudança de emprego e da migração interestadual sobre os salários no Brasil formal: evidências a partir de dados em painel. IPEA 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4862>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

GEBARA, T. A. A.; GOMES, N. L. Gênero, família e relações étnicorraciais: um estudo sobre as estratégias elaboradas por mulheres negras e brancas provedoras nas relações que estabelecem com a educação de seus filhos (as). **Revista Fórum Identidades**, 2014. Disponível em: <<https://cutt.ly/pgNqlf5>>. Acesso em: 15 out. 2020.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012.

MAIA, K. et al. O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012. **Revista Econômica**, v. 17, n. 2, p.97-122, dez. 2015. Disponível em: <<https://cutt.ly/ygMABnF>>. Acesso em: 14 out. 2020.

MCKENZIE, H.; MCKAY, F. H. Thinking outside the box: Strategies used by lowincome single mothers to make ends meet. **Australian Journal Of Social Issues**, v. 53, n. 3, p.304 - 319, 19 ago. 2018. Disponível em:<<https://cutt.ly/ugM2wz9>> . Acesso em: 19 abr. 2019.

MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael, Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** Texto para discussão n. 788, Brasília, abr. 2001

MELO, N. C. V. et al. Arranjo domiciliar de idosos no Brasil: análises a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2009). **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 19, n. 1, p. 139-151, 2016.

- MENEZES, T. et al. Demografia, ciclo de vida e dinâmica da desigualdade regional de renda. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. Anais. Salvador: Anpec, 2006.
- MINAMIGUCHI, M. M. Monoparentalidade feminina no Brasil: dinâmica das trajetórias familiares. Tese (Doutorado em Demografia) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 152, 2017.
- MIRANDA-RIBEIRO, Adriana; GARCIA, Ricardo Alexandrino; FARIA, Tereza Cristina de Azevedo Bernardes. Baixa fecundidade e adiamento do primeiro filho no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 36, 2019.
- MOILANEN, S. et al. Nonstandard Work Hours and Single Versus Coupled Mothers' Work-to-Family Conflict. **Family Relations**, Saint Paul Mn, p. 213 - 231, 06 mar. 2019.
- OLIVEIRA, E. S. et al. Alimentação complementar de lactentes atendidos em uma unidade básica de saúde da família no nordeste brasileiro. **Cogitare Enfermagem**, v. 23, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/51220/pdf>>. Acesso em: 16 out. 2020.
- OLIVEIRA, J. et al. A influência da família na alimentação complementar: relato de experiências. Demetra: Alimentação. **Nutrição & Saúde**, v. 11, n. 1, p. 67 - 93, 7 mar. 2016.
- ONU. Organização das nações Unidas Mulheres Brasil. Princípios de empoderamento das mulheres. 2016. Disponível em: Acesso em: 20 de março 2020.
- PAIVA, A. M. et al. Fatores que propiciam a gravidez na adolescência em uma unidade de referência especializada materno infantil na região Norte do Brasil: um estudo piloto. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 49, p. 3342-3342, 2020. Disponível em: <<https://cutt.ly/CgMSrxN>>. Acesso em: 16 out. 2020.
- PANDEY, R.; BARDSLEY, D. K.. An application of the Household Food Insecurity Access Scale to assess food security in rural communities of Nepal. **Asia & The Pacific Policy Studies**, p. 123 - 149, 12 fev. 2019.
- RIBEIRO, J. F. et al. Epidemiologia de Nascidos Vivos de Mães residentes em uma capital do nordeste. **Revista Prevenção de Infecção e Saúde**, v. 4, 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/GgMSspd>>. Acesso em: 04 out. 2020
- SALLES, P. Z. S. et al. Expectativas dos pais em relação ao ensino fundamental de nove anos. **Ensaios Pedagógicos**, v. 1, n. 2, p. 25-33, 2018.
- SANTOS, J. G. et al. FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: A monoparentalidade feminina em contextos estigmatizantes. **Semantic Scholar**, v. 9, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/UgMSvbH>>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- SCOTT, R. P. Monoparentalidade, analfabetismo e políticas de gênero e geração. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Revista ABEP** p. 1-21, 2004. Disponível em: <<https://cutt.ly/hgMSLcY>> Acesso em: 09 out. 2020.
- SHARAUNGA, S. et al. Effects of women's empowerment on household food security in rural KwaZulu-Natal province. **Development Policy Review**, Washington, v. 20, n. 4, p. 34 - 74, 02 fev. 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/NgM2oX2>> . Acesso em: 08 abr. 2019.
- SILVA, C. G.. Maternidade, cultura e redes sociais: análise da interação social de mães solo através de etnografia e mineração de dados no Instagram. 2021. 65 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia – GO.
- SOUZA, G. N. Análise do sistema de classificação por cor/raça no Brasil. **RELAcult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 5, 2019. Disponível em: <<https://cutt.ly/4gMS3Wi>> Acesso em: 09 out. 2020.
- TEIXEIRA, C. S. R. Gestão de conflitos e empreendedorismo social: intervenção com famílias monoparentais de uma habitação social municipal. 2013. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/69120/2/30337.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2020.
- VITALE, M. A. F. Famílias Monoparentais: indagações. *Revista Serviço Social e Sociedade: Família*, São Paulo, Cortez, Ano XXIII, n. 71. 2002.
- WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. 2004.